

EMPODERAMENTO DE INDIVÍDUOS E COMUNIDADES: A EDUCAÇÃO FACE À PRODUÇÃO DE VULNERABILIDADES*

EMPODERAMIENTO DE INDIVIDUOS Y COMUNIDADES:
LA EDUCACIÓN RELACIONADA A LA GENERACIÓN
DE VULNERABILIDAD SOCIAL

EMPOWERMENT OF INDIVIDUALS AND COMMUNITIES:
EDUCATION FACING THE PRODUCTION OF VULNERABILITIES

MANUEL GONÇALVES BARBOSA**

Resumo

Este artigo investiga a possibilidade de articular a educação com o empoderamento de indivíduos e comunidades partindo do pressuposto, ou da hipótese de trabalho, de que o empoderamento, desenvolvendo as capacidades de enfrentamento (*coping capacities*) dos atores sociais a perigos ou ameaças do meio, é uma importante ferramenta para reagir às vulnerabilidades socialmente produzidas nos contextos onde se responde às crises económicas e financeiras cortando nos direitos, degradando a cidadania social e precarizando as condições de vida de amplas camadas da população, especialmente as mais expostas aos novos riscos sociais. A conclusão do artigo, validando a hipótese de trabalho, reconhece que o poder de agir dos indivíduos e das comunidades, mesmo lesado ou diminuído, pode ser recuperado pelas práticas pedagógicas de empoderamento democrático nas suas diversas modalidades.

Palavras-chave: Educação, vulnerabilidades, empoderamento, indivíduos e comunidades.

* Este texto foi elaborado no âmbito de uma licença sabática concedida pelo Instituto de Educação da Universidade do Minho (Braga-Portugal).

** Doutor em Educação na Especialidade de Filosofia da Educação, Universidade do Minho, Braga, Portugal. E-mail: mbarbosa@ie.uminho.pt

Resumen

Este artículo investiga la posibilidad de articular la educación con el empoderamiento de individuos y comunidades. La suposición o hipótesis de trabajo es que dicho empoderamiento, al promover el desarrollo de las capacidades de afrontamiento (*coping capacities*) de los actores sociales a los peligros o amenazas del entorno, funciona como una herramienta importante para reaccionar a las vulnerabilidades socialmente producidas. Esto, en contextos donde se reacciona a las crisis económicas y financieras dando un corte en los derechos, disminuyendo la ciudadanía social y precarizando las condiciones de vida de amplios sectores de la población, especialmente los más expuestos a nuevos riesgos sociales. La conclusión del artículo, validando la hipótesis de trabajo, reconoce que el poder de actuar de los individuos y de las comunidades, incluso lesionado o disminuido, puede ser recuperado por las prácticas pedagógicas de empoderamiento democrático en sus diversas modalidades.

Palabras clave: Educación, vulnerabilidades, empoderamiento, individuos y comunidades.

Abstract

This article investigates the possibility of articulating education with the empowerment of individuals and communities based on the assumption, or the work hypothesis, that empowerment, by developing the coping capacities of social actors to the dangers or threats of the environment, is an important tool to react to socially produced vulnerabilities in contexts where the response to economic and financial crises is cutting people's rights, degrading social citizenship and precarious living conditions of large sections of the population, particularly those most exposed to the new social risks. The conclusion of the article, validating the hypothesis of work, acknowledges that the power to act of individuals and communities, even damaged or diminished, can be retrieved by the pedagogical practices of democratic empowerment in its various modalities.

Keywords: Education, vulnerabilities, empowerment, individuals and communities.

Introdução

A OBSESSÃO PELO sujeito autossuficiente e seguro de si, imune às Agruras da dependência de pessoas e de sistemas, faz parte de

um discurso *mainstream* que desvia deliberadamente do nosso olhar as vulnerabilidades que entretanto se vão produzindo e acrescentando às que nos são constitutivas. Somos ontologicamente vulneráveis, ou seja, suscetíveis de sofrer danos físicos ou morais, mas isso não diz tudo acerca das vulnerabilidades que afetam os indivíduos e as comunidades no tempo forte do presente, um tempo que assiste perplexo à multiplicação das crises sistêmicas, ao rebaixamento de direitos, à degradação da cidadania social, à precarização das condições de vida, à insegurança social generalizada, ao emprego incerto, às exclusões e às expulsões, por vezes da terra, outras vezes da casa, e muitas vezes do trabalho. Essas são situações socialmente produzidas que fragilizam os sujeitos e os expõem, sem estados de alma ou arrependimento, a riscos de privação que, no limite, impedem o reconhecimento e lhes roubam a dignidade. As vulnerabilidades sociais da era das expulsões e das pessoas descartáveis, tão-somente porque o sistema, para funcionar, não precisa delas, são um desafio para a educação, essa educação que, nutrida dos ideais humanistas da emancipação e da autorrealização, tem a incumbência de capacitar para as mitigar, se não vencer ou ultrapassar, enquanto processo de empoderamento de indivíduos e comunidades.

A ligação da educação ao empoderamento de indivíduos e comunidades, nos vários formatos em que isso é possível, está bem sedimentada no discurso pedagógico contemporâneo, partindo do pressuposto, também aceite, que a educação é uma forma de empoderamento, ou seja, de construção e de reforço de poderes ou capacidades, essenciais a um aumento do poder de agir e de escolher, tanto dos indivíduos singulares, quanto das organizações e das coletividades. O que ainda não está bem assente é que essa articulação da educação com o empoderamento pode ser importante para afrontar, na conjuntura presente, as vulnerabilidades infligidas às pessoas e às comunidades um pouco por todo o lado, especialmente nos contextos onde se reage às crises rebaixando direitos e retirando proteções sociais. O que precisa de ser explorado, tanto na prática como na teoria, é essa possibilidade da educação se colocar ao serviço de um empoderamento verdadeiramente eficaz na luta contra as vulnerabilidades sociais produzidas ou criadas pela ordem política dominante, fazendo-se com as pessoas

e as comunidades, e não para elas, rejeitando lógicas paternalistas e assistencialistas.

Há todo um trajeto a ser percorrido nessa matéria e a primeira etapa, constituindo-se como pilar ou fundação, consiste na demarcação teórica do assunto. Esse é o nosso propósito no presente artigo, equacionando, desde logo, o desafio lançado à educação pela produção de vulnerabilidades sociais. Na sequência, ou sobre esse chão, surgirá a tematização da relação entre educação, empoderamento e vulnerabilidades de origem social, com a intenção de rastrear o tipo de empoderamento que melhor pode ajudar a reagir a essa dinâmica de vulnerabilização de amplas camadas da população. Por fim, e já num registo muito próximo da prática, analisaremos as dimensões ou facetas de empoderamento que verdadeiramente importam a quem tem de lidar com esse problema e que a educação, nas suas diversas modalidades, pode ajudar a construir nos indivíduos e nas comunidades.

A educação face à produção de vulnerabilidades: o desafio

A exposição a problemáticas sociais emergentes é, para a educação, um fenómeno recorrente e um desafio constante, pois dela se espera sintonia com o mundo envolvente e resposta para as questões humanas mais angustiantes. A «produção social de vulnerabilidades», na conjuntura presente, é uma dessas questões, não tanto pelo ineditismo da situação, já que essa produção não é nova ou desconhecida enquanto ocorrência histórica, mas pela sua agudização ou intensificação, em particular nos contextos onde se reage às crises económicas e financeiras com medidas que ameaçam, ou poem em perigo, o estatuto e a dignidade das pessoas. Essa questão, porque desafia a educação a reagir à fragilização de indivíduos e comunidades nesses contextos e, portanto, a assumir um papel de *advocacy* na linha da educação com preocupações emancipatórias, requer alguns esclarecimentos prévios, como sejam essa noção de «produção social de vulnerabilidades» e o próprio termo «vulnerabilidade», recentemente projetado para a ribalta de muitas análises e de muitas reflexões, seja no campo da geriatria e da gerontologia, da gestão de riscos e das ciências do ambiente, da

psicologia social e da sociologia, da economia, do direito, das políticas públicas, da gestão territorial, ou, ainda, e não menos significativo, nas discussões filosóficas acerca das éticas e das políticas do *care* (Ferrarese, 2009, p. 132).

Se a produção de vulnerabilidades nos situa num campo relativamente circunscrito, característico das problemáticas e das dinâmicas sociais, como veremos adiante, já a vulnerabilidade é semanticamente mais aberta, podendo apontar para vários significados. A sua «plasticidade», como assinalam Gaille & Laugier (2011, p. 8), «é por vezes inquietante». O facto de ter adquirido, nos últimos anos, prestígio e centralidade no tratamento de vários temas, como a guerra, o terrorismo, a violência, a pobreza, o desemprego, as alterações climáticas, os desastres naturais, a doença, o envelhecimento, o fim de vida, isso não quer dizer que se tornou menos «misteriosa» (Beck, 2015, p. 324) e menos «ambígua» (Fineman, 2008, p. 8).

O desvio pela etimologia da palavra pode ser interessante para ir ao encontro das ideias que fazem o *hard core* da vulnerabilidade. «Vulnerabilidade», do ponto de vista etimológico, remete imediatamente para o termo latino «vulnerabilis», significando característica ou qualidade do que é frágil, do que é suscetível de ser magoado ou ferido, e, mais além, para «vulnus» (ferida, lesão) e «vulnerare» (dar um golpe, ferir ou magoar). É esta pluralidade de termos originários que leva alguns a derivar vulnerabilidade de «vulnus», como é o caso de Brian Turner (2001, p. 11), e outros de «vulnerare» (Soczek, 2008). Seja como for, a ideia base é que «vulnerabilidade» tem a ver com suscetibilidade a sofrer danos (Aragão, 2011, p. 72), com «disponibilité à la blessure» (Laugier, 2012, p. 12), com a «possibility of harm, injury, and misfortune» (Fineman, 2008, p. 9). Os danos, lesões ou feridas tanto podem ser físicos ou corporais, como podem ser psicológicos ou morais, atendendo a que este último significado se incorporou na «geometria variável do conceito» (Ferreira, 2014, p. 419), com a sua paulatina abstração (Turner, 2001, p. 11).

A etimologia da palavra, dando um real contributo para captar o significado de vulnerabilidade, é no entanto limitada para delimitar todos os contornos dessa categoria. É preciso ir além do rubicão etimológico, considerando, com Chambers, que a vulnerabilidade eng-

loba, por um lado, exposição a riscos, impactos, perigos ou ameaças e, por outro, dificuldades para lidar com isso sem perdas prejudiciais: «Assim», diz-nos Chambers (1989, p. 1), «a vulnerabilidade tem duas faces: uma face externa feita de riscos, impactos e stress a que está submetido um indivíduo ou um agregado familiar; e uma face interna que é a ausência de defesa, referida a uma falta de meios para se enfrentar com isso sem perdas prejudiciais. A perda pode adotar muitas formas, tornando-se ou sendo fisicamente débil, economicamente empobrecido, socialmente dependente, humilhado ou psicologicamente prejudicado».

A suscetibilidade a ser ferido ou magoado, ou seja, a sofrer danos, tal como decorre da etimologia, tem a ver, portanto, com a exposição a ameaças do meio, do meio humano no caso vertente, e com a ausência de defesas ou capacidades de enfrentamento (*coping capacities*) para as evitar ou mitigar sem perdas onerosas para a autoimagem, a identidade, a saúde e a posição social. Por aqui se vê, dedutivamente, que a vulnerabilidade tem uma estrutura relacional, isto é, inscreve-se numa rede de relações com agentes externos (Garrau, 2011, p. 84), e que, verdadeiramente, só existe em situação, como aliás fica bem vincado nesta observação de Soulet (2005, p. 25) a propósito dos indivíduos singulares: «Dito de outra maneira, falar de vulnerabilidade em si não tem sentido, na medida em que os indivíduos singulares só são vulneráveis em certas situações (variáveis e desigualmente distribuídas segundo os indivíduos) e apenas nelas». A vulnerabilidade remete para a intersubjetividade, para o relacionamento entre sujeitos, e é aí que se mostra em plenitude.

Esta conceitualização de vulnerabilidade não quer dizer, ou assumir, que não se possa falar de uma vulnerabilidade ontológica enquanto propriedade ou característica da condição humana. Na verdade, é assim que a consideram tanto Brian Turner quanto Martha Fineman, o primeiro vendo-a como fundamento dos direitos humanos (2001), e a segunda como referencial dos programas estatais de proteção social (2008). Na mesma linha se situa Judith Butler (2014) ao encarar a vulnerabilidade ontológica como a fonte das obrigações de solidariedade entre humanos.

A vulnerabilidade é, pois, e antes de mais, uma dimensão da nossa condição que tem a ver com a nossa abertura aos outros, com as relações de dependência e com as suscetibilidades inerentes a essa condição. Neste primordial sentido, «todos somos vulneráveis» (Gaille & Laugier, 2011, p. 7), ou, como prefere Brian Turner (2001, p. 32), «to be human is to be vulnerable». Esta é uma vulnerabilidade irreduzível, a que ninguém pode escapar, dado ser um dado antropológico inerente à condição humana. É, nas palavras de Martha Fineman (2008, p. 8), «um aspeto universal, duradouro e inevitável da condição humana que deve estar no centro do nosso conceito de responsabilidade social e estatal», pois, sobre esse chão, outras vulnerabilidades se podem criar, agudizando a suscetibilidade ao dano que nos é constitutiva. É assim que podemos falar em «vulnerabilidades problemáticas» (Garrau, 2011, p. 97), ou socialmente induzidas, sobrepondo-se a uma «vulnerabilidade fundamental», e em «produção social de vulnerabilidades», dando a esta expressão o seguinte significado: criar ou produzir vulnerabilidades, em determinado contexto social, é simultaneamente expor as pessoas a riscos ou ameaças e é deixá-las sem os meios ou recursos que poderiam organizar a defesa contra esses riscos ou ameaças a fim de evitar perdas prejudiciais para os indivíduos e as comunidades. A produção de vulnerabilidades corresponde, *latu sensu*, a criação de dinâmicas de vulnerabilização dos atores sociais, seja individualmente, seja em grupo, mediante a sua colocação perante riscos que, sem as devidas capacidades de enfrentamento, podem danificar a imagem, o autoconceito, a integridade (física, mental) e a dignidade desses atores.

A produção social de vulnerabilidades está ocorrendo um pouco por todo o mundo, mas é nos países mais fustigados pelas recentes crises económico-financeiras, sobretudo após o *crash* de 2008, onde mais se intensifica essa produção de vulnerabilidades. Aí, a adoção, mais ou menos voluntária, de medidas governamentais neoliberais e de programas de austeridade, está colocando amplas camadas da população em risco de pobreza, de exclusão social, de expulsão dos seus empregos e das suas casas, em risco de subcidadania, de indignidade social, de insegurança generalizada, de medo ao dia seguinte, e em risco de caírem no precariado, essa «nova classe em formação» (Standing, 2014, p. 272) que recolhe os «destroços» do antigo proletariado

e à qual todos podemos pertencer, se excetuarmos o 1%, isto é, a elite das elites: «Todos nós, ou pelo menos os 99% de nós, somos agora “precários”; são-no os que já estão numa situação de desemprego e os que temem que os seus trabalhos não sobrevivam à seguinte ronda de cortes ou “reestruturações”; são-no os licenciados que buscam em vão um trabalho conforme às suas ambições e destrezas, assim como os empregados que tremem só perante a ideia de perder as casas e as poupanças de toda uma vida no próximo colapso da bolsa, e todos os outros que têm fundadas razões para não confiar na segurança do lugar que ocupam na sociedade» (Bauman & Donskis, 2015, p. 89).

As medidas e os programas que colocam as pessoas face a esses riscos, e que não lhes fornecem os recursos para lidar com eles sem perdas prejudiciais, são de vária ordem e grandeza. A flexibilização do mercado de trabalho, segundo o «evangelho da flexibilidade» (Standing, 2014, p. 57), assume particular destaque, pois, a pretexto de promover o crescimento e o emprego, dá um golpe sem misericórdia no estatuto protegido das relações laborais, inaugurando assim «um novo regime do trabalho aquém do clássico estatuto do emprego» (Castel, 2010, p. 201), isto é, do emprego a tempo inteiro, programado para durar, bem remunerado, estável e enquadrado tanto pelo direito do trabalho como pela proteção social. A redução da segurança no emprego (um dos aspetos da flexibilidade estatalmente induzida pela reescrita dos códigos laborais), facilita o despedimento, reduz os custos da cessação dos contratos de trabalho e oportuniza o uso de trabalhadores ocasionais e temporários. «A busca de relações de trabalho flexíveis», como reconhece Standing (2014, p. 67), «tem sido a principal causa direta do aumento do precariado global» e, conseqüentemente, das pessoas sem âncoras de estabilidade nas suas vidas, com baixos rendimentos e com uma grande incerteza face ao futuro.

A vulnerabilização das pessoas, dos indivíduos, das comunidades, também passa pelo enfraquecimento dos sistemas de proteções sociais existentes, ou recentemente instituídos, reduzindo as prestações sociais pagas pelo Estado em caso de doença, desemprego, aposentação, e dificultando o acesso a elas mediante o «sistema de condição de recursos» (Standing, 2014, p. 88), um sistema que condiciona a atribuição de benefícios sociais estatais à prova de insuficiência econó-

mica, retirando-se assim carácter universal a um direito social. O que antes era de todos e para todos passou a estar dependente da «discricionariedade do governo de turno» (Varela, 2015, p. 38), sinalizando uma mudança de fundo: a segurança social, sob o efeito de cortes estatais e dessa condição de recursos, está a ser transformada num sistema assistencialista para franjas de miseráveis e enfermos, deixando-se sem proteção, ou com proteção minguada, todos os que não integram o segmento dos ricos e dos super-ricos. É assim que se assiste, com preocupação, ao desvirtuamento do Estado social e a uma diminuição do apoio que a entidade estatal estava dando às vítimas de infortúnio. Convém lembrar, com Bauman (2007, p. 86), que «o núcleo central do “Estado social”, consequência inevitável do desenvolvimento do Estado moderno, era a proteção (a prevenção coletiva face à desgraça individual) e não a redistribuição da riqueza». Ora, é isso que está faltando, precisamente num tempo, ou numa conjuntura, em que mais se faz sentir a necessidade de proteção contra as adversidades económicas e sociais na sequência do choque financeiro de 2008 (Stiglitz, 2015).

A erosão do Estado social, ou o bloqueio ao seu crescimento, como acontece nas economias de mercado emergentes em contração, faz parte de uma dinâmica de vulnerabilização que consiste em cortar ou «aparar direitos sociais» (Micklethwait & Wooldrige, 2015, p. 265), essenciais para evitar o risco de «subcidadania social» (Castel, 2010, p. 201), e, conseqüentemente, de existência social indigna, ou seja, uma existência que, por estar limitada em direitos e garantias, não usufrui das condições que permitiriam fazer escolhas com relativa independência e assim se libertar de relações unilaterais de sujeição. A subcidadania é o contrário de ser «cidadão de corpo inteiro» (Castel, 2010, p. 197), de não estar limitado nos seus direitos e prerrogativas (Standing, 2014, p. 275), e isso, obviamente, faz toda a diferença em termos de vida digna e socialmente respeitável, especialmente quando os direitos são a única forma de «propriedade social» (Castel, 2009, p. 416) que pode assegurar esse respeito e essa dignidade.

A colocação das pessoas em situação de risco (de desemprego, de expulsão das suas casas, de medo ao dia seguinte, de insegurança, de incerteza existencial, de pobreza, de indignidade) é uma realidade socialmente construída e não se articula apenas com a flexibilização dos

mercados laborais. Radica também, e em grande medida, na austeridade que contrai as economias (Stiglitz, 2016, p. 252) e em decisões políticas até há pouco tempo impensáveis: revisão em baixa da massa salarial dos empregados (eufemismo para cortes nos salários de precários e não tão precários) e reconversão do mercado de trabalho. Se a primeira das medidas é reveladora da falta de proteção a que está sendo submetido o trabalho remunerado enquanto fonte de sustento dos que, no âmbito do «capitalismo patrimonial» (Piketty, 2014, p. 523), não foram bafejados pela «riqueza herdada» ou «riqueza sucessória» (Derber, 2016, p. 148), já a segunda mostra como as crises são aproveitadas para fazer a «eugenização da força laboral, atirando para fora todos os que têm relações de trabalho-padrão (protegidas) e indo buscar o trabalho flexível, barato» (Varela, 2015, p. 179). Em momentos de crise, como os presentes, provoca-se desemprego e afasta-se os que ganham mais, para depois a força de trabalho regressar mas com menos salários. Acontece um rebaixamento salarial que coloca as pessoas em dificuldades de pagar as contas e de viver com o indispensável. Isto é vulnerabilizar as pessoas e é certamente um problema cuja contenção, se não mesmo resolução, implica múltiplas intervenções e diversas variáveis. Pode a educação, dentro das suas possibilidades, constituir uma defesa contra essa produção social de vulnerabilidades? De que modo, em concreto?

Referências

- Aragão, A. (2011). Prevenção de riscos na União Europeia : o dever de tomar em consideração a vulnerabilidade social para uma protecção civil eficaz e justa. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 93, 71-93. doi: 10.4000/rccs.174
- Bauman, Z. (2007). *Tiempos líquidos. Vivir en una época de incertidumbre*. Barcelona, España: Tusquets.
- Bauman, Z. & Donskis, L. (2015). *Ceguera moral. La pérdida de sensibilidad en la modernidad líquida*. Barcelona, España: Paidós.
- Beck, U. (2015). *Sociedade de risco mundial*. Lisboa, Portugal: Edições 70.
- Butler, J. (2014). *Qu'est-ce qu'une vie bonne?* Paris, França: Payot & Rivages.
- Castel, R. (2010). La citoyenneté menacée. En Zarka, Y. (Dir.). *Voyages inédits dans la pensée contemporaine* (pp. 195-203). Paris, França: PUF.

- Castel, R. (2009). *La montée des incertitudes. Travail, protections, statu de l'individu*. Paris, França: Seuil.
- Chambers, R. (1989). Editorial introduction: vulnerability, coping and policy. *IDS Bulletin*, 20 (2), 1-7. doi: 10.1111/j.1759-5436.1989.mp20002001.x
- Derber, C. (2016). *A maioria deserdada*. Lisboa, Portugal: Temas e Debates/ Círculo de Leitores.
- Ferrarese, E. (2009). Vivre à la merci. Le care et les trois figures de la vulnérabilité dans les théories politiques contemporaines. *Multitudes*, 37-38(2), 132-141.
- Ferreira, A. (2014). *Política e sociedade: teoria social em tempo de austeridade*. Lisboa, Portugal: Vida Económica.
- Fineman, M. (2008). The vulnerable subject : anchoring equality in the human condition. *Yale Journal of Law & Feminism*, 20(1), 1-23.
- Gaille, M. & Laugier, S. (2011). Grammaire de la vulnérabilité. *Raison Publique*, 14, 7-15.
- Garrau, M. (2011). Comment définir la vulnérabilité? *Raison Publique*, 14, 79-99.
- Laugier, S. (2012). *Tous vulnérables? Le care, les animaux et l'environnement*. Paris, França: Payot & Rivages.
- Micklethwait, J. & Wooldridge, A. (2015). *A quarta revolução. A corrida global para reinventar o Estado*. Lisboa, Portugal: Dom Quixote.
- Piketty, T. (2014). *O capital no século XXI*. Lisboa, Portugal: Temas e Debates/ Círculo de Leitores.
- Soczek, D. (2008). Vulnerabilidade social e novos direitos: reflexões e perspectivas. *Espaço Jurídico*, 9(1), 19-30.
- Soulet, M. (2005). Reconsiderer la vulnérabilité. *Empan*, 4(60), 24-29.
- Standing, G. (2014). *O precariado: a nova classe perigosa*. Lisboa, Portugal: Presença.
- Stiglitz, J. (2016). *O euro. Como uma moeda única ameaça o futuro da Europa*. Lisboa, Portugal: Bertrand.
- Stiglitz, J. (2015). Proteção social sem proteccionismo. En J. Stiglitz, M. Kaldor (Eds.). *Em busca de segurança* (pp. 49-82). Lisboa, Portugal: Bertrand.
- Turner, B. (2001). The end(s) of humanity: vulnerability and the metaphors of membership. *The Hedgehog Review*, 3(2), 7-32.
- Varela, R. (2015). *Para onde vai Portugal?* Lisboa, Portugal: Bertrand.